

Economia se prepara para as operações de baixo carbono

Sérgio Adeodato e Andreia Fanzeres

Diante do impacto na economia e nas condições de vida do planeta, o aquecimento global coloca definitivamente o meio ambiente na estratégia dos negócios. Curvas que representam gases do efeito estufa já ocupam espaço nobre nos relatórios de sustentabilidade e agora o centro das atenções se volta para a COP-15 - a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança no Clima, em Copenhague. A dois meses da reunião, em que os países vão definir os rumos do combate às alterações climáticas após 2012 com medidas que podem mudar padrões de produção, a indústria brasileira se movimenta. Avalia riscos, identifica oportunidades e elabora propostas para influenciar nas negociações internacionais. "É preciso agir: temos pela frente um cenário vantajoso para a economia do país, mas a implementação de medidas para reduzir emissões do efeito estufa pode atingir a competitividade industrial", afirma Mario Monzoni, coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade, da Fundação Getúlio Vargas (FVG).

"Queimar petróleo e carvão será cada vez mais caro e o setor produtivo precisa de incentivos e políticas públicas para ingressar no baixo carbono", acrescenta Monzoni. Ele diz que a necessidade de mudanças e inovação nas empresas exige agilidade do governo. "E também sintonia com a busca global por energia limpa e renovável, sem priorizar gás natural ou petróleo do pré-sal no crescimento econômico, o que significa ir na contramão da história". No plano externo, completa Monzoni, "compromissos maiores agora significam menos sacrifícios depois".

"Vivemos um processo irreversível e uma corrida contra o tempo", enfatiza Richard Kozul-Wright, do Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais. O IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) demonstrou que o aumento da temperatura é fato consumado e tem como causa principal o carbono lançado na atmosfera por indústrias e meios de transporte - os principais vilões - e também pelo desmatamento, mudanças no uso da terra, aterros de lixo e queima de combustível fóssil para gerar energia.

José Augusto Fernandes, da CNI: "As decisões não podem afetar o potencial de crescimento" A emissão de gases que agravam o efeito estufa, como dióxido de carbono e metano, esquentou o planeta 0,8° C desde o começo da era industrial. As últimas previsões do IPCC revelam que, para o clima continuar em níveis seguros, o aumento não pode superar 2° C. Para não ultrapassar o limite e a economia sofrer danos devastadores, o planeta precisa cortar até 2050 entre 50% e 80% das emissões relativas ao padrão de 1990, o que exige substituição de combustíveis, tecnologias limpas e mudanças profundas no modelo de produção.

Sem a mitigação dos gases, aumentam os riscos dos impactos do aquecimento, alguns já evidentes no planeta: secas severas e desertificação com danos ao abastecimento de água e à produção de alimentos, enchentes, furacões e outros desastres mais frequentes, além da elevação do nível do mar em prejuízo das zonas costeiras. Geração de energia, indústrias, siderúrgicas e outras atividades de uso energético intensivo, além do agronegócio, transporte, construção civil, seguros, turismo e toda a cadeia produtiva atrelada a esses setores são as áreas mais vulneráveis - tanto no que se refere à exigência de reduzir gases, como na busca por proteção contra impactos.

A Avaliação Ecológica do Milênio, encomendada pela ONU a cientistas de todo mundo, registrou que 60% dos 24 serviços ambientais cruciais à sobrevivência humana estão em estágio acelerado de degradação. A população mundial já consome em média 25% mais que o planeta pode naturalmente repor. "Esgotamento dos recursos naturais usados como matéria-prima, pobreza e queda na qualidade de vida ameaçam a sustentabilidade dos negócios", explica Jean Fabre, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

No Protocolo de Kyoto, os países ricos signatários concordaram em até 2012 reduzir em média 5,2% das emissões de gases-estufa referentes a 1990. Mas o acordo global mostrou-se insuficiente diante de novas evidências do aquecimento global e seus efeitos econômicos e

sociais. Além disso, o tímido esforço dos países industrializados em controlar emissões até o momento, o baixo investimento na preparação contra as mudanças climáticas e o cálculo atualizado do IPCC sobre os limites seguros de temperatura indicaram ao mundo a necessidade de um acordo pós-2012 mais abrangente e ambicioso, a ser negociado em Copenhague.

Na COP-15, vista como provável marco no controle climático, serão negociadas novas metas obrigatórias para as nações industrializadas diminuírem emissões de carbono. Espera-se também a definição de recursos financeiros tanto para a redução dos gases-estufa, como para a adaptação dos países aos impactos do aquecimento. A pauta de negociação inclui a reforma de incentivos já existentes -- como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) - e a criação de outros para tratar a questão das florestas e envolver maior nível de esforço dos países em desenvolvimento, com metas não-obrigatórias.

"Dono de uma matriz energética limpa, o Brasil é um caso especial que deve ser levado em conta nas negociações dos compromissos pós-2012", diz José Augusto Fernandes, diretor executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI). É uma carta-chave a ser colocada na mesa. A participação de fontes renováveis na geração brasileira de energia é de 45% - superior ao dobro da meta da União Europeia para 2020, estipulada em 20%. Além disso, ao contrário de emergentes como Índia e China, apenas 8,8% das emissões nacionais vêm das indústrias. As atividades associadas ao uso da terra, como o desmatamento, são responsáveis por 75%. "Temos diferenciais e o conceito de Brics que une comercialmente os países emergentes não é adequado para a questão do clima", analisa Fernandes.

São peculiaridades, segundo Fernandes, que credenciam o país ao papel de protagonista em Copenhague, com posição mais ativa e poder de conquistar acesso a recursos e vantagens para o desenvolvimento econômico. "As decisões não podem afetar nosso potencial de crescimento", explica Fernandes. Ele diz que há pontos no debate que a iniciativa privada considera imprescindíveis. "A mudança climática é um problema global que deve ser enfrentado por todos, mas as negociações não podem abandonar a critério de responsabilidade compartilhada e diferenciada", defende Fernandes. Lançado na Convenção sobre Clima, o conceito atribui aos países ricos a obrigação de reduzir os gases-estufa, tendo em vista as emissões que sustentaram o seu crescimento econômico ao longo da história.

A indústria tem restrições à chamada "abordagem setorial", que determina ações de mitigação de gases para setores específicos, como o químico ou siderúrgico, por exemplo. O Plano de Ação de Bali, estabelecido na COP-13, em 2007, prevê essa possibilidade como caminho para tornar mais eficiente a redução de gases. "Isso pode dificultar a competitividade e o crescimento em algumas áreas", afirma Fernandes. O Brasil, segundo ele, teria desvantagem. Seriam afetados setores produtivos identificados globalmente como de maior potencial de mitigação, mas que em território nacional usam em maior parcela a energia de fontes limpas, como as hidrelétricas. "Nada impede, no entanto, ações voluntárias de cooperação para reduzir emissões em diferentes setores", completa Fernandes.

Um exemplo é o programa internacional GHG (Greenhouse Gas) Protocol, coordenado pela Fundação Getúlio Vargas no Brasil para orientar empresas a medir riscos, quantificar emissões e tomar decisões para cortá-las. A iniciativa, lançada no mundo pelo World Resources Institute e World Business Council for Sustainable Development envolve hoje 27 grandes empresas nacionais - indústrias de petróleo, construção civil, cosméticos, siderurgia e alimentos, entre outros.

"A estratégia é produzir de forma progressiva com baixo custo e mais eficiência energética, rumo um novo padrão industrial", revela Fernandes. A posição da CNI compõe um documento que começou a ser trabalhado em fevereiro de 2008 a partir de consultas a diferentes setores. Subsídia o governo brasileiro nas negociações e serviu de base para a reunião do G 20 empresarial, realizada neste ano, em Copenhague. Com vistas à COP-15, o setor produtivo se mobiliza em diferentes grupos para garantir a competitividade na discussão do aquecimento global. A Aliança Brasileira pelo Clima, formada por 14 associações empresariais no setor de papel e celulose, cana-de-açúcar e agronegócio, representando 16% das exportações

brasileiras, propõe medidas internas para mudar a imagem do Brasil como um dos maiores emissores mundiais de carbono em consequência do desmatamento.

Seguindo o mesmo caminho, o Conselho Brasileiro Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) reuniu 21 grandes empresas como signatárias de uma carta, destacando que "aumenta a responsabilidade dos negociadores na COP-15" e que "começa a cristalizar-se a convicção de que os países emergentes poderão ser instados a oferecer contribuições adicionais para a mitigação das mudanças climáticas". A instituição recomenda transparência na discussão e a criação de um organismo federal para coordenar as atividades relacionadas ao tema, de modo que haja um interlocutor claramente identificado. A proposta defende o estabelecimento de um consenso mundial para um limite máximo e seguro de temperatura média na Terra e afirma que "os arranjos setoriais não podem confrontar ou se sobrepor às decisões soberanas de cada país".

"O grande problema é superar a divergência internacional sobre a partição do custo do aquecimento global", revela Suzana Kahn, secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. O governo acena com uma meta voluntária para reduzir o desmatamento até 2020, dentro de um novo modelo de compromisso verificável pelos demais países. Partindo de uma nação em desenvolvimento, a iniciativa funciona como moeda de troca para que os países ricos estabeleçam objetivos climáticos mais ousados. "A garantia que damos a eles é a mesma que queremos receber", afirma Suzana, perguntando: "Qual certeza temos que eles vão reduzir suas emissões em 40% para manter a temperatura em nível seguro?". É necessário, segundo ela, "um clima de confiança para que haja monitoramento de todos por todos".

"O tempo é curto e o governo precisa ampliar o diálogo com o setor privado e toda a sociedade para definir as cartas do jogo em Copenhague, incluindo não só o desmatamento, como também compromissos para os setores de transporte e energia", adverte Carlos Rittl, coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF-Brasil. "A partir dessas negociações, saberemos como será o Brasil em 20 ou 30 anos e as oportunidades que teremos", prevê Rittl.

É preciso, segundo ele, um plano de desenvolvimento para a economia verde, envolvendo as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "Pouco adianta o sucesso nas negociações lá fora sem políticas econômicas domésticas para viabilizar investimentos de longo prazo na economia de baixo carbono", avalia Rittl. "É uma mudança financeiramente viável", garante Marcos Frank, diretor de Mudanças Climáticas da consultoria McKinsey Brasil. Mas é preciso achar uma estratégia para o melhor custo-benefício. A empresa estudou no mundo 188 iniciativas para diminuir emissões e promover eficiência energética, com custo negativo para a sociedade. A redução de carbono total foi superior à preconizada pelo IPCC para manter o aumento da temperatura em 2° C até 2030. No mundo, entre 2010 e 2020, a economia de baixo carbono exigiria € 75 bilhões por ano.

"No Brasil, é alto o potencial de redução", conta Frank. O país emite hoje 2,2 gigatoneladas de carbono, por ano. Se nada for feito, com o crescimento econômico, o número aumentará para 2,8 gigatoneladas até 2030. "Mas temos uma capacidade de reduzir 1,9 gigatoneladas nesse período, mediante o combate do desmatamento", revela o consultor, lembrando que isso coloca o país em situação confortável nas negociações do clima.

Diminuir a derrubada de árvores é a opção mais eficiente e barata para reduzir emissões no Brasil. Já nas indústrias, exceto no caso de projetos de eficiência energética e uso de matéria-prima alternativa, o custo para reduzir e capturar carbono pode ser seis vezes maior. Na média, a mitigação de gases do efeito estufa no setor industrial brasileiro custaria € 7 bilhões por ano até 2030, reduzindo entre 30% a 50% do carbono. "Hoje o cálculo é utilizado como ferramenta de gestão por empresas, setor público e organismos internacionais", diz Frank.

O estudo detectou que a capacidade de redução de emissões é 70% superior fora dos países ricos. Como as regiões industrializadas são de longe as maiores emissoras, não há alternativa senão compensar a poluição com projetos para reduzir gases nos países em desenvolvimento.

As regiões emergentes e mais pobres são também as que sofrerão maior impacto social, ambiental e econômico do aquecimento, o que justifica a criação de um fundo internacional) - em negociação para Copenhague - para o repasse de recursos financeiros dos países ricos. "Oportunidades surgirão para o Brasil, muito bem posicionado no mercado mundial, principalmente no campo da energia renovável e da eficiência energética", analisa Frank. O etanol da cana-de-açúcar, constantemente citado como exemplo de sucesso nos relatórios da ONU, tem potencial de exportação estimado em 13 bilhões de litros em 2020. E novas perspectivas se abrem para a biomassa, como a madeira de plantios florestais destinada à produção de carvão.

Com o aumento de 1° C na temperatura média global, a economia dos países menos industrializados deixa de crescer entre 2% e 3% ao ano, sem qualquer impacto nas riquezas das nações desenvolvidas. O relatório "World Economic and Social Survey 2009", divulgado em setembro pela ONU, é claro ao afirmar que o mundo como um todo só terá êxito contra o aquecimento global se as nações em desenvolvimento mantiverem o rápido crescimento econômico. O estudo considera inaceitável a ideia de congelar o nível atual de desigualdade mundial durante o próximo século até que o planeta resolva o problema do clima. De acordo com o relatório, os países em desenvolvimento precisam de imediato em torno de US\$ 500 bilhões por ano para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O investimento total, incluindo as ações no mundo industrializado, deve chegar a US\$ 1 trilhão por ano, sem o qual os prejuízos dos impactos podem atingir 20% do PIB mundial.

O desafio vai além de Copenhague. No Brasil, o setor produtivo planeja a transição gradativa para economia de baixo carbono, com a expectativa de oportunidades em novos negócios. O critério do custo-benefício, conforme propõe a CNI, deve prevalecer ao sabor das pressões.

"Mas diminuir o carbono não é uma tarefa banal e os líderes empresariais precisam cada vez mais lidar com o imprevisível", recomenda Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos. Ele pondera: "Há anos se fala sobre controle de emissões, mas ninguém imaginava que afetaria tanto a economia". Em sua opinião, o mundo dos negócios vive hoje uma "ressaca" do carbono. E depois de Copenhague? "Virá uma hiper-regulação, necessária para que os governos cumpram os compromissos pós-2012", prevê Young. As empresas que se anteciparem, inserindo o tema em seu planejamento estratégico, levarão vantagem. "É um beco sem saída: se não houver regulação, a tendência é o aumento dos impactos do aquecimento e é melhor impor regras por precaução do que por reação."

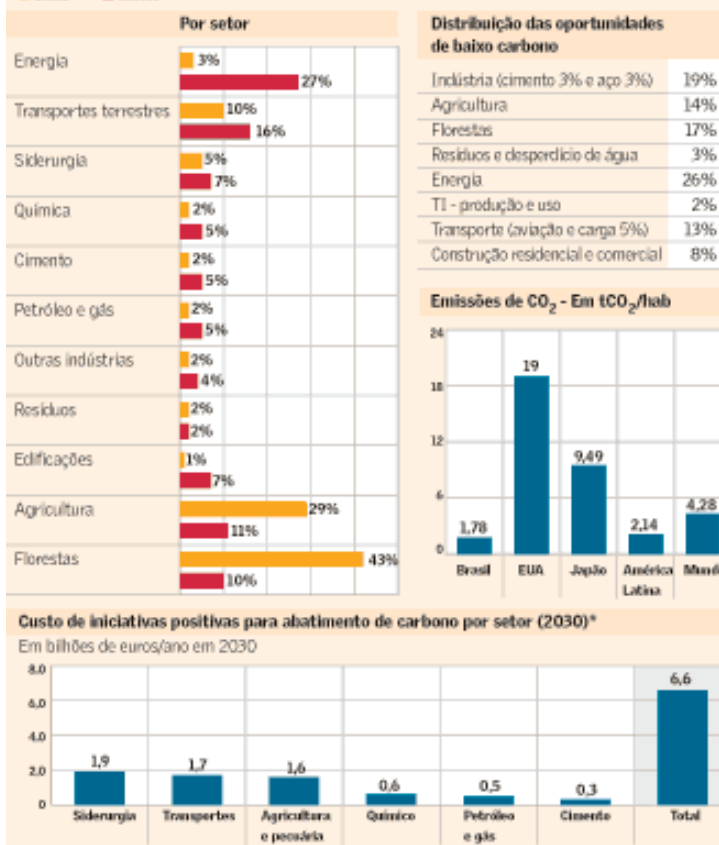
Na análise de Young, "as indústrias precisam se preparar para o crescimento econômico pautado pelas emissões de gases do efeito estufa, com o declínio de atividades poluidoras e explosão de oportunidades limpas". É preciso identificar riscos. Há receio de que a questão climática seja transformada em barreira comercial. A liderança dos EUA, responsável por 25% das emissões do planeta, é indispensável para a agenda do clima avançar. Mas o setor produtivo está preocupado com a legislação, em análise no Congresso americano, que propõe taxar produtos de países que não cumprem metas para reduzir carbono. A proposta abre precedente para que governos nacionais, sob o manto do controle climático, adotem políticas unilaterais que afetam o comércio.

As questões comerciais trazidas pelo modelo da economia de baixo carbono estão no foco dos debates. Para o pesquisador Gylvan Meira Filho, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), os governos podem intervir com tributação para atingir o objetivo de políticas públicas. "Taxar o carbono, estimulando o mercado a investir em tecnologias limpas, é uma medida para reduzir emissões", diz o pesquisador. Outro caminho é o regime "cap and trade", que limita o carbono e negocia "certificados de permissão" no mercado. "Esse sistema é bom para todo mundo, pois o corte de emissões tende a ocorrer primeiro onde o custo da redução é mais baixo, atraindo fluxo de recursos para essas regiões", explica Meira, defendendo mecanismos de mercado - e não unicamente doações de governos - para financiar a economia de baixo carbono.

Diferenças na balança

Perfil das emissões no Brasil e no mundo em 2030

■ Brasil ■ Mundo



Fonte: Global Abatement Cost Curve v2.0 –

Estudo "Caminhos para uma economia de baixa emissão de carbono no Brasil.

*Para um potencial de redução de 0,5 GtCC2 e, incluindo o setor florestal GtCO2 e, emissões diretas no caso da base, 2030

Valor Econômico, São Paulo, 14 out. 2009, Mudanças Climáticas, p. 3-5.